

Instituto Update
apresenta

VENDO
ESTE LOTE
MÉRITO
20-7-06
9849217

Dicionário da

JUSTIÇA CLIMÁTICA

PARA A AGENDA MUNICIPAL

Realização



Sumário

Introdução	4
Termos sobre Meio Ambiente e Clima	6
Termos sobre Meio Ambiente e Direitos Humanos	24
Estratégias Legais e Políticas para Fortalecer a Justiça Climática nos Municípios	35
Implementando a Justiça Climática	40
Para saber mais	46

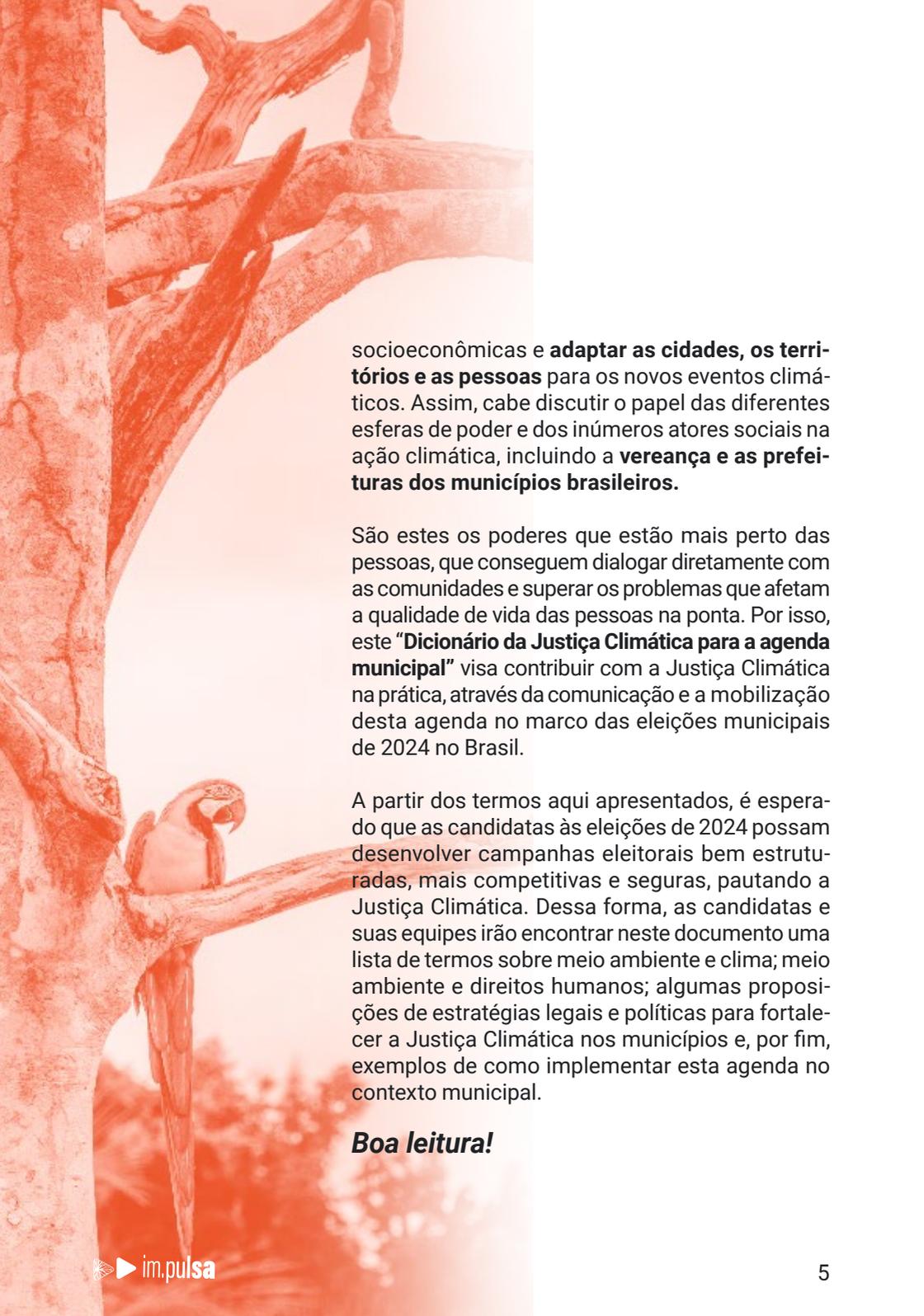
1. Introdução

A **mudança do clima** já é uma realidade enfrentada por diferentes pessoas e territórios. A dependência de combustíveis fósseis impulsiona o aquecimento global que, por sua vez, aumenta a temperatura do planeta. Esse fenômeno causa **impactos ambientais e sociais** bastante conhecidos, como: degelo das calotas polares, aumento do nível do mar, mudança na frequência e intensidade das chuvas, das secas, e outros.

Com todos esses eventos acontecendo ao mesmo tempo, há uma **perda significativa da biodiversidade e da qualidade de vida da população**. E quem irá sentir os impactos com mais intensidade são aqueles que já estão em situação de **vulnerabilidade social**, devido ao baixo acesso a recursos e a serviços que os tornam capazes de superar os desafios impostos pela mudança do clima.

É nesse contexto que se destaca o debate fundamental sobre **Justiça Climática**. Este termo ressalta que as **pessoas sujeitas a várias formas de desigualdade** - econômica, social, de gênero, raça e etnia - **sofrem mais com os impactos das mudanças climáticas do que os outros grupos**.

Diante desse cenário, surge a necessidade de repensar estratégias econômicas, sociais e políticas visando reduzir as emissões de gases do efeito estufa, reduzir as desigualdades



socioeconômicas e **adaptar as cidades, os territórios e as pessoas** para os novos eventos climáticos. Assim, cabe discutir o papel das diferentes esferas de poder e dos inúmeros atores sociais na ação climática, incluindo a **vereança e as prefeituras dos municípios brasileiros**.

São estes os poderes que estão mais perto das pessoas, que conseguem dialogar diretamente com as comunidades e superar os problemas que afetam a qualidade de vida das pessoas na ponta. Por isso, este **“Dicionário da Justiça Climática para a agenda municipal”** visa contribuir com a Justiça Climática na prática, através da comunicação e a mobilização desta agenda no marco das eleições municipais de 2024 no Brasil.

A partir dos termos aqui apresentados, é esperado que as candidatas às eleições de 2024 possam desenvolver campanhas eleitorais bem estruturadas, mais competitivas e seguras, pautando a Justiça Climática. Dessa forma, as candidatas e suas equipes irão encontrar neste documento uma lista de termos sobre meio ambiente e clima; meio ambiente e direitos humanos; algumas proposições de estratégias legais e políticas para fortalecer a Justiça Climática nos municípios e, por fim, exemplos de como implementar esta agenda no contexto municipal.

Boa leitura!

02

Termos sobre

Meio Ambiente e Clima





Adaptação climática:

É o conjunto de ações que buscam aumentar a resiliência da natureza e das pessoas diante dos desafios impostos pelas mudanças no clima.

Exemplos:

⑤ **O guia de adaptação às mudanças do clima para entes federativos, elaborado pela WWF**, auxilia estados e municípios a se adaptarem à mudança do clima. Contém tanto as etapas do processo de elaboração de um plano de adaptação climática como seu conteúdo técnico.



⑤ **Agenda de adaptação climática para amazônia urbana: uma visão compartilhada sobre o futuro das cidades**. Este caderno, construído de modo participativo, apresenta definições e diretrizes que baseiam a agenda de cidades sustentáveis na Amazônia e destaca questões como participação e vida comunitária, mobilidade, moradia digna, espaço público, patrimônio cultural e natural e gestão das águas.





Agenda 2030 / ODS:

A Agenda 2030 é um plano de ação global da ONU que reúne 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas que buscam erradicar a pobreza e promover vida digna a todas as pessoas, dentro das condições que o nosso planeta oferece e sem comprometer a qualidade de vida das próximas gerações.

FIQUE de OLHO

As ações e metas dos planos de governos podem ser criadas com base na Agenda 2030.

Exemplos:



Recife - PE conquistou o prêmio “UN-Habitat Scroll of Honour” da Organização das Nações Unidas (ONU) para habitação sustentável. A capital se destacou por projetos de infraestrutura e melhorias habitacionais. O Programa foi destaque na edição cujo tema foi o ODS 11: “Tornar as cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis”.



São Paulo - SP lançou sua Agenda Municipal 2030, em 2020, com o objetivo de guiar o desenvolvimento de metas e estratégias de Governança alinhadas aos ODS.



Aquecimento global:

É o aumento anormal da temperatura média do planeta registrado nos últimos anos. Ao menos desde 2014 já há um entendimento de que esse aquecimento é resultado das ações antrópicas (atividades humanas) que dependem de combustíveis fósseis e emitem gases do efeito estufa (GEE) (IPCC, 2014).



Baixo carbono:

É um sistema econômico que busca reduzir significativamente a emissão de gases de efeito estufa (GEE), principalmente o dióxido de carbono (CO₂), ao mesmo tempo em que promove o crescimento econômico sustentável.

Biodiversidade:

Engloba toda a variedade de vida na Terra, desde espécies de plantas, animais, fungos e microrganismos a diversidade de ecossistemas em que essas espécies vivem.





Combustíveis fósseis:

É o nome dado a um grupo de combustíveis não renováveis que foram formados há milhares de anos a partir da decomposição de animais e vegetais. Os combustíveis fósseis são o petróleo, o carvão mineral e o gás natural. Esses recursos têm um papel importante na sociedade porque são utilizados para geração de energia, em veículos, indústrias e residências.

FIQUE de OLHO

Apesar de ser bastante utilizado, a queima de combustíveis fósseis para as atividades humanas emite um alto número de gases do efeito estufa, o que fomenta o aquecimento global e as mudanças climáticas.

Desastres "naturais":

São eventos extremos e destrutivos causados por fenômenos naturais como furacões, inundações, tsunamis, secas, entre outros.

FIQUE de OLHO

Apesar de ter o nome "natural", estes desastres já são vistos como reflexo da mudança climática causada pelos seres humanos. Então nem todo desastre é culpa da natureza, certo?

- O Rio Grande do Sul, por exemplo, está enfrentou a maior enchente da história do Estado. Esse desastre é considerado uma catástrofe climática, porque é a primeira vez em que a frequência e o nível de intensidade das chuvas afetam a população na magnitude observada, com mais de 90% das cidades atingidas pela água.

Exemplo:



Em março de 2023 a Defesa Civil, em conjunto com a União e demais estados brasileiros, lançou o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil para fortalecer a gestão de riscos e desastres. Nos municípios, esse plano é fundamental porque orienta a atuação da Defesa Civil na prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação de desastres nas cidades urbanas e rurais.





Economia circular:

É um modelo de economia que se propõe a minimizar desperdícios através de um ciclo contínuo de reutilização, remanufatura, reciclagem e recuperação de materiais e produtos.

Efeito estufa:

É um fenômeno natural que mantém a Terra aquecida. Funciona assim: a energia do Sol entra na atmosfera, aquece o planeta e parte desse calor é irradiada de volta para o espaço. No entanto, certos gases na atmosfera, como dióxido de carbono e metano, prendem parte desse calor, agindo como uma manta térmica. Isso mantém a temperatura da Terra em níveis adequados para a vida. Sem a existência deste efeito, a temperatura média da Terra seria muito mais fria, tornando-a inadequada para a vida como a conhecemos.

Emergência climática:

É um termo que destaca a urgência em mobilizar soluções e transformações frente ao cenário de intensificação do efeito estufa e aquecimento global. Muitas vezes é usado como sinônimo de “Crise climática”.

Exemplos:



Recife - PE, em 2019, lançou o Decreto de emergência climática e desde lá vários planos têm sido elaborados e tratam diretamente sobre mudança climática.



O gabinete de Inovação do Instituto Update lançou um documento sobre “Emergência Climática nas cidades” criado a partir de encontros com lideranças políticas comprometidas com a pauta socioambiental e climática.



Financiamento climático:

É a estratégia de destinar recursos financeiros e técnicos para projetos e programas que promovam a redução de emissões de gases de efeito estufa e aumentem a resiliência das comunidades.

Gases de efeito estufa:

São os gases que absorvem e emitem radiação infravermelha, contribuindo para o efeito estufa. Os principais gases de efeito estufa incluem o dióxido de carbono (CO₂), o metano (CH₄), o óxido nitroso (N₂O) e os hidrofluorcarbonos (HFCs).

FIQUE de OLHO



As atividades humanas que contribuem para o alto número de emissão de gases do efeito estufa são aquelas que majoritariamente dependem dos combustíveis fósseis, como o petróleo, o carvão mineral e o gás natural. No entanto, no Brasil **os maiores índices de emissões de gases do efeito estufa são da mudança do uso da terra e florestas, relacionados à agropecuária e desmatamento**. Logo, zerando o desmatamento e repensando o formato da agropecuária, podemos reduzir as emissões do Brasil e colaborar no enfrentamento à mudança do clima.

Saiba mais



Gestão de resíduos:

É o processo de lidar com o manejo correto de todos os tipos de resíduos que geramos, desde sua coleta até sua destinação final. Isso inclui ações como separação, reciclagem, tratamento e disposição adequada de resíduos sólidos, líquidos e gasosos com o objetivo de reduzir a quantidade de resíduos enviados para aterros sanitários ou para o meio ambiente.

FIQUE de OLHO

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010) é o instrumento que reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Saiba mais



Exemplo:

Os Municípios devem criar um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) que estabelece diretrizes, metas e instrumentos para o manejo adequado dos resíduos sólidos no município.

- A Prefeitura de Boa Vista está executando o Plano Municipal de Gestão Integrada De Resíduos Sólidos (PMGIRS). Dentre as ações implementadas pela PMBV, estão: o descarte adequado de resíduos da construção civil e da saúde; coleta seletiva em diversos pontos da cidade e a construção do primeiro Ecoponto, local onde será concentrado o descarte de resíduos para reciclagem. Além disso, estão sendo realizados treinamentos aos representantes dos segmentos sociais que são geradores de resíduos.

Saiba mais



"Greenwashing":

Termo traduzido como "maquiagem verde" é a prática de camuflar, mentir ou omitir informações sobre os reais impactos das atividades de uma empresa no meio ambiente.



Mercado de carbono:

É um sistema que permite a compra e venda de créditos de emissão de carbono. Ele funciona como um mecanismo para regulamentar e incentivar a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), contribuindo para mitigar as mudanças climáticas. Assim, empresas que emitem menos gases do que o permitido por suas metas, podem vender créditos de carbono não utilizados para aquelas que excedem suas emissões. Existem mercados tanto de iniciativa privada como os regulados por governos ou autoridades regionais.

FIQUE de OLHO

O principal benefício em se regular o mercado de carbono é criar um cenário de segurança jurídica e aumentar a confiabilidade em relação às indústrias e empresas. As decisões das empresas precisam se basear em regras claras e quais os critérios de monitoramento e direção, para garantir que as estratégias realmente tenham impacto ambiental e financeiro alinhado à sustentabilidade e redução de emissões.

Mitigação climática:

É o conjunto de ações que visam reduzir ou zerar a quantidade de emissões de Gases de Efeito Estufa na atmosfera e, conseqüentemente, diminuir o aquecimento global.

Exemplo:

↻ A implementação de políticas municipais, apoio ao desenvolvimento de tecnologias e de práticas que reduzem a dependência de combustíveis fósseis, promovem o uso de energias renováveis, protegem florestas e ecossistemas, e promovem práticas agrícolas sustentáveis são estratégias de mitificação.



Mudanças climáticas:

São transformações a longo prazo nos padrões de temperatura e clima. As mudanças climáticas são impulsionadas por vários fatores, incluindo processos naturais, como variações na atividade solar e erupções vulcânicas. Entretanto, as atividades humanas que aumentam a emissão de gases de efeito estufa são os principais fatores que aceleram esse processo.



P

Perdas e danos:

É um termo usado nas negociações climáticas da ONU para se referir às consequências das mudanças climáticas que vão além daquilo a que as pessoas podem se adaptar.

Exemplo:

A perda de zonas costeiras devido à subida do nível do mar ou a perda de casas e vidas durante enchentes extremas são temas discutidos sobre perdas e danos.

- **Em 2021, um Ministro da Ilha de Tuvalu discursou dentro do mar**, em vídeo exibido na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 26), como forma de alertar para o alto risco de desaparecimento que a região enfrenta, devido ao aumento do nível do mar.





Poluição das águas:

É a contaminação de corpos d' água (rios, lagos e oceanos) com substâncias como produtos químicos, resíduos industriais e esgoto, que torna a água imprópria para uso e consumo, morte de organismos aquáticos e impactos à biodiversidade.

Poluição do ar:

É causada principalmente por atividades humanas, como queima de combustíveis fósseis, emissões industriais, queima de biomassa, uso de veículos automotores e processos de produção industrial. Esses poluentes podem causar danos à saúde humana, ao meio ambiente e aos ecossistemas.

Poluição sonora:

É o excesso de ruídos que ultrapassam os níveis considerados seguros ou aceitáveis, causando impactos negativos na saúde e bem-estar das pessoas, assim como nos ecossistemas. Pode ser originada por atividades humanas em geral, como tráfego rodoviário, aéreo, industrial, obras civis, etc.

Resiliência climática:

É a capacidade da sociedade e dos ecossistemas em se adaptar às mudanças climáticas e absorver impactos de eventos ambientais extremos, minimizando os danos.

Soluções baseadas na natureza:

São soluções que buscam resolver desafios ambientais, sociais e econômicos utilizando processos naturais ou imitando-os para melhorar a resiliência e a sustentabilidade dos sistemas humanos.

R
S

Exemplo:

Em 2023, Curitiba (PR) implementou medidas como a criação de áreas de infiltração, jardins de chuva, e a revitalização de rios e córregos para prevenir enchentes. Essas ações visam reduzir o escoamento superficial da água da chuva e melhorar a capacidade de absorção do solo, contribuindo para a redução de enchentes e alagamentos na cidade.



Transição energética:

É a mudança gradual de sistemas de energia baseados em combustíveis fósseis para fontes de energia renovável e sustentável, como solar, eólica, hidrelétrica e biomassa.

Exemplo:

↻ **O documento “Políticas energéticas regionais: Guias para internalizar o uso de energias renováveis e eficiência energética na gestão pública”, elaborado pela WWF em parceria com o INEDES – Instituto Energia e Desenvolvimento Sustentável, busca ampliar a internalização do uso de energias renováveis e eficiência energética na gestão pública de modo didático e acessível.**



Transporte sustentável:

O transporte sustentável é um sistema de deslocamento que busca produzir o mínimo impacto ambiental possível. Isso engloba veículos elétricos, melhorias no transporte público, ampliar o uso de bicicletas e incentivar caminhadas. Além disso, promove a integração de infraestrutura e planejamento urbano para reduzir a necessidade de viagens motorizadas e incentivar o uso de modos mais sustentáveis.

Exemplo:

↻ **O Projeto aprovado pela Câmara Municipal de Poço de Caldas - MG cria o sistema cicloviário no município. Esse sistema é composto por ciclovias, ciclofaixas, faixas compartilhadas e rotas operacionais de ciclismo; locais específicos para estacionamento; bicicletários e paraciclos.**





Uso do solo:

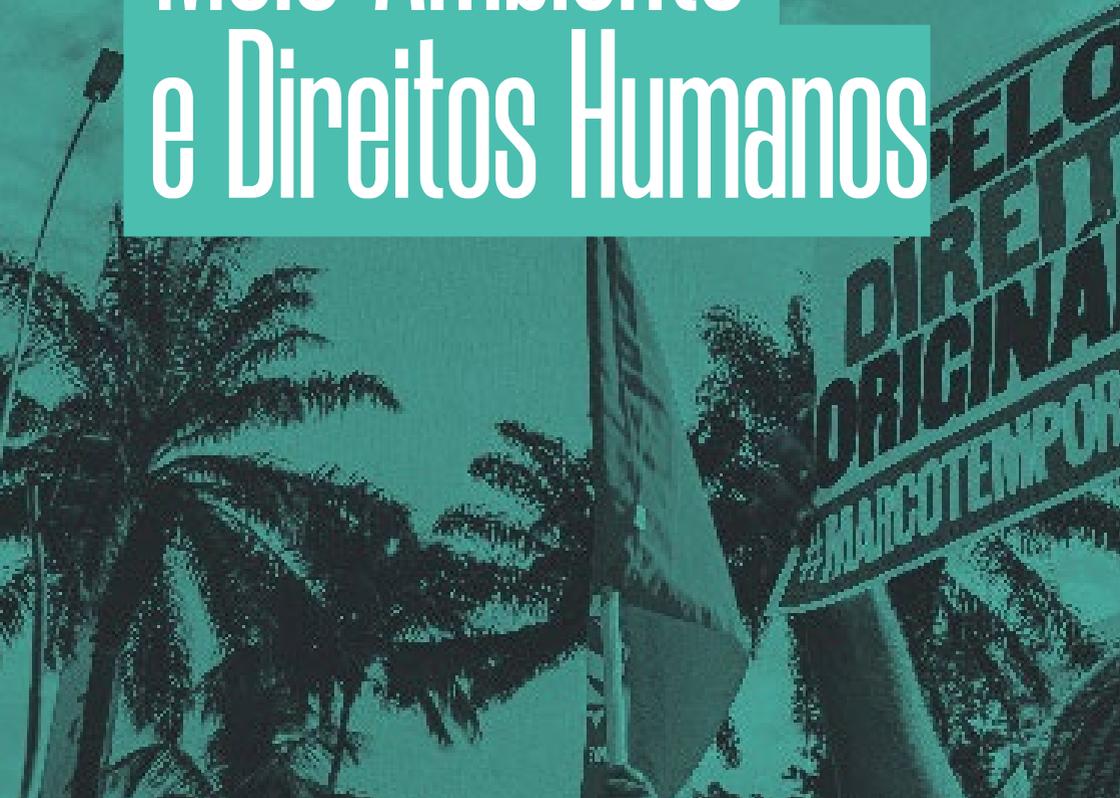
É a maneira como as áreas terrestres são utilizadas e gerenciadas para diferentes fins, como agricultura, habitação, indústria, comércio, recreação, conservação ambiental, entre outros. O planejamento do uso do solo busca equilibrar as necessidades humanas com a conservação dos recursos naturais e a sustentabilidade dos ecossistemas.

03



Termos sobre

Meio Ambiente e Direitos Humanos



Abordagem baseada em direitos humanos:

Esta abordagem garante a inclusão pública daqueles mais vulneráveis e promove a justiça, tendo como resultado políticas mais coerentes, legítimas e sustentáveis. Isso significa que todas as estratégias de mitigação, adaptação e financiamento climático devem focar em reduzir a pobreza, fortalecer os direitos humanos e a melhorar a saúde e o bem-estar humanos.

A

Comunidade étnica minoritária:

É um grupo de pessoas que compartilham características culturais, linguísticas, religiosas ou outras, e muitas vezes enfrentam desafios únicos relacionados à preservação de sua identidade, acesso a recursos e participação na sociedade em geral. dos recursos naturais e a sustentabilidade dos ecossistemas.

C

FIQUE de OLHO



Existe uma diferença entre grupos minorizados e grupos sub representados. O termo “grupos minorizados” é utilizado como um guarda-chuva que engloba vários aspectos, como a quantidade de pessoas no grupo, a representação em espaços de poder, a discriminação, a violência e a falta de direitos. Este termo enfatiza que a **minorização é uma ação imposta ao grupo**, mostrando que a condição de menos privilegiado é provocada por outros atores, sejam pessoas, grupos ou a sociedade. Em contraste, o termo “**sub-representado**” também pode ser visto como sinônimo de minoria, mas se restringe à presença desses grupos em espaços políticos, de poder e no mercado de trabalho.

Saiba mais





Conhecimento local e saberes tradicionais:

Refere-se ao conhecimento específico de uma determinada comunidade, região ou cultura sobre seu ambiente, recursos naturais, práticas tradicionais, desafios e soluções. Esse conhecimento é adquirido ao longo do tempo por meio da experiência direta e da interação com o meio ambiente local.

Exemplo:

As políticas municipais podem ser criadas com processos participativos dos povos indígenas, comunidades tradicionais e com a população que ali reside para ampliar o entendimento dos saberes locais.

Convenção OIT 169:

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), define quem são os povos indígenas e tribais e estabelece a obrigação dos governos em reconhecer e proteger suas práticas culturais, religiosas e espirituais. Além disso, ela requer que os governos consultem esses povos antes de tomar medidas legislativas ou administrativas que os afetem, seja iniciativa pública ou privada, garantindo uma consulta livre, prévia e informada.

FIQUE de OLHO

A convenção foi adotada em 1989 e em vigor desde 1991, **foi ratificada pelo Brasil em 2002, entrando em vigor nacionalmente em 2003**. Posteriormente, foi promulgada em 2004 e está em vigência atualmente através do Decreto nº 10.088 de 2009.



Educação ambiental:

Compreende os processos por meio dos quais as pessoas constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente. A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional (LEI No 9.795/99), devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

FIQUE de OLHO

Apesar de ser uma lei, ONGs, escolas, governos e o setor privado podem promover ações com foco na educação ambiental.

Exemplo:

O projeto EcoEscola BH foi criado em 2016 pela Secretaria Municipal da Educação, o programa busca fortalecer, incentivar, certificar e divulgar ações de educação socioambiental das escolas municipais de Belo Horizonte.



Estratégia ambiental, social e de governança (ESG, em inglês):

São critérios ambientais, sociais e governamentais utilizados pelos setores público e privado para medir o desempenho das entidades de acordo com seu comprometimento socioambiental, seja incluindo medidas para reduzir emissão de gases, conservação de recursos naturais, adotando medidas de inclusão social e transparência institucional.



Injustiça ambiental:

É o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, em termos econômicos e sociais, direcionam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento para minorias, povos marginalizados e vulneráveis (Acselrad, Mello & Bezerra, 2009).

Justiça climática:

É um termo que destaca que embora contribuam menos para as emissões de CO₂, os grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica enfrentam as piores consequências das mudanças climáticas e têm menos acesso a medidas de adaptação. Ou seja, pessoas sujeitas a várias formas de desigualdade - econômica, social, de gênero, raça e etnia - sofrem mais com os impactos das mudanças climáticas.

Justiça intergeracional:

É o princípio de garantir que as gerações presentes e futuras tenham o mesmo acesso aos recursos naturais e a um ambiente saudável. Isso significa que as gerações atuais têm responsabilidade na preservação e na sustentabilidade para o bem-estar das próximas gerações.

Exemplo:



As candidatas podem buscar dialogar com movimentos como o **Fridays For Future, Engajamundo**, e outras redes que atuam com foco na juventude para entender o ponto de vista desses grupos diante das mudanças climáticas. Eles organizam greves estudantis e manifestações pacíficas para pressionar os líderes mundiais a tomarem medidas concretas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e limitar o aquecimento global a 1,5°C, de acordo com as metas estabelecidas pelo Acordo de Paris.



Justiça socioambiental:

Busca equidade ao proteger comunidades vulneráveis dos impactos ambientais negativos e garantir seu acesso justo a um meio ambiente saudável e sustentável, promovendo políticas inclusivas e práticas de desenvolvimento sustentável.

Perspectiva de gênero:

Significa reconhecer que existe uma desigualdade social, cultural, histórica e regional entre mulheres e homens, e essa desigualdade tem reflexo na forma como as mulheres conseguem se adaptar à mudança do clima e como são afetadas por elas.



Exemplo:

A organização IMAFLORA elaborou um documento chamado “Gênero em planos municipais de mitigação e adaptação às mudanças climáticas: o caso da construção do plano de Piracicaba, Brasil” que investiga as formas de abordagem da questão de gênero nos planos climáticos municipais, a partir do desenvolvimento do Plano Participativo de Adaptação e Mitigação do Clima no município de Piracicaba/SP, Brasil.



Povos e comunidades tradicionais:

Povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (inciso I Art. 3º Decreto 6.040 / 2007).

Cerca de 28 grupos são conhecidos como tradicionais:

1. Andirobeiras;
2. Apanhadores de Sempre-vivas;
3. Caatingueiros;
4. Catadores de Mangaba;
5. Quilombolas,
6. Extrativistas,
7. Ribeirinhos,
8. Caiçaras,
9. Ciganos,
10. Povos de terreiros,
11. Cipozeiros,
12. Castanheiras;
13. Faxinalenses;
14. Fundo e Fecho de Pasto;
15. Geraizeiros;
16. Ilhéus;
17. Indígenas;
18. Isqueiros;
19. Morroquianos;
20. Pantaneiros;
21. Pescadores Artesanais;
22. Piaçaveiros;
23. Pomeranos;
24. Quebradeiras de Coco Babaçu;
25. Retireiros;
26. Seringueiros;
27. Vazanteiros;
28. Veredeiros.



Povos originários:

São os primeiros habitantes de uma região, geralmente referindo-se aos que viviam em um local antes da chegada dos europeus e do início da colonização. No Brasil, esse termo é frequentemente associado aos povos indígenas, que habitavam o território antes da chegada dos colonizadores europeus.

Racismo ambiental:

Aponta que as comunidades étnicas minorizadas, especialmente as indígenas e negras, são as mais afetadas por questões ambientais.

Racismo climático:

Na mesma linha do racismo ambiental, aponta que as comunidades étnicas minorizadas são e serão as mais afetadas pelos eventos extremos causados pela mudança climática.

R



Segurança alimentar:

É a garantia ao acesso físico, econômico e social a alimentos seguros e nutritivos que atendam às necessidades alimentares de todas as pessoas, para uma vida saudável. Significa garantir que os alimentos sejam variados e acessíveis ao longo do tempo, sem comprometer a qualidade de vida das futuras gerações.

Transição justa:

Este conceito está associado ao cumprimento das metas climáticas ao garantir que toda a sociedade - todas as comunidades, todos os trabalhadores, todos os grupos sociais - sejam incluídos na transição para um futuro de baixo carbono.

04

Estratégias Legais e Políticas

para Fortalecer
a Justiça Climática
nos Municípios



A implementação da Justiça Climática em todos os níveis de poder passa por uma estratégia que envolve múltiplos atores, como ONGs, setor privado, instituições acadêmicas e governos. Pensando no poder público, **os principais marcos e instrumentos legais que regem o funcionamento dos entes federativos são:**

O Plano Plurianual (PPA):

proposta de planejamento de longo prazo (**4 anos**);

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO):

define as metas e prioridades do governo, ou seja, as obras e os serviços mais importantes a serem realizados no ano seguinte;

Lei Orçamentária Anual (LOA):

autoriza o Executivo a gastar os recursos arrecadados para manter a administração, pagar os credores e fazer investimentos.

Importante:

A elaboração dos projetos de lei do PPA, da LDO e da LOA cabe exclusivamente ao Executivo.



Com base nestes documentos, algumas **perguntas orientadoras** podem ser feitas para **facilitar a inclusão de estratégias de clima nos municípios**, sendo elas:

PPA

Como esse planejamento irá tornar a cidade e as pessoas mais resilientes à mudança do clima?

LDO

As obras e serviços previstos irão prevenir os riscos de desastres nas cidades? Quais são as pessoas que serão beneficiadas por estas obras e serviços?

LOA

Para onde está indo a maior parte dos recursos do município? Estes recursos estão direcionados para considerar estratégias de clima e de Justiça Climática?

Em nenhuma esfera o Poder Legislativo pode propor tais leis, no entanto, o legislativo pode interferir e modificar as propostas através de emendas.



nível federal

- criação de frentes parlamentares ambientalistas;
- mobilização de Deputadas, Deputados, Senadoras e Senadores.

Além dos instrumentos acima citados, a Justiça Climática pode ser discutida nos territórios a partir da criação **de frentes parlamentares ambientalistas**. Essa frente foi instituída a nível federal, por meio da mobilização de Deputadas, Deputados, Senadoras e Senadores que, de acordo com seu **Estatuto**, previa **“acompanhar os processos legislativos e outras atividades do Congresso Nacional** que apresentem relação, direta ou indiretamente, com a questão ambiental, bem como para **atuar, conjuntamente com a sociedade civil, no apoio a políticas públicas, programas e ações governamentais e não governamentais** com o objetivo de alcançar padrões sustentáveis de desenvolvimento”.



Saiba mais
sobre o Estatuto

nível municipal

- criação de frentes parlamentares ambientalistas;
- mapeadas pelo Instituto Update e pelo Pacto pela Democracia.

A nível municipal também existem **iniciativas de Frentes Parlamentares Ambientais**, e algumas delas **foram mapeadas** pelo Instituto Update e pelo Pacto pela Democracia. Um exemplo destacado é a **Frente Parlamentar Ambientalista de Salvador (BA)**, criada em 2021 e que atua, junto com a sociedade civil, para **acompanhar todas as políticas que envolvam a questão ambiental na Região Metropolitana da capital baiana**.



Saiba mais sobre as iniciativas mapeadas



Saiba mais sobre a Frente Parlamentar de Salvador

Em geral, estes são espaços onde os mandatos podem **dialogar diretamente com a população**, por meio de consultas, audiências públicas, realização de eventos, e, **após esse momento, as demandas da população são levadas para o plenário do Congresso e para o poder Executivo**. A partir dessa construção coletiva, o meio ambiente, as desigualdades sociais e os projetos de desenvolvimento municipal podem ser discutidos e repensados para garantir o bem viver da população.

05

Implementando a Justiça Climática

PORTO DA COMUNIDADE
DO ABELHA
NÃO JOGUE LIXO NO RIO

VENDO
ESTRADA
DE 200 M
DE 1000 M

732208310



Transição justa + Trabalho:

Criar espaços e estabelecer parcerias com empresas e instituições locais para criar oportunidades de emprego em trabalhos com menor impacto ambiental e que reúnam inovação e sustentabilidade.

Exemplo:

COLABORE - Centro de Inovação de Impacto com coworking público em Salvador, BA. O COLABORE é o primeiro Centro de Inovação de Impacto com coworking público do Nordeste, um espaço de inovação e incubadora, para microempresas, microempreendedores individuais (MEIs), startups ou pessoas físicas que buscam desenvolver soluções de impacto compreendendo que a redução das desigualdades e combate a degradação ambiental.



Engajamento comunitário e justiça socioambiental:

Garantir que mulheres, pessoas LGBTQIAP+, pessoas negras, pessoas indígenas, de periferias e as comunidades tradicionais participem da criação de políticas climáticas e da tomada de decisão sobre o futuro da cidade. Essa participação pode acontecer em audiências públicas, fóruns locais, visitas à campo com escuta ativa e outros.

Exemplo:

Participa Mogi: democratização de políticas públicas em Mogi das Cruzes, SP. A população participou e votou nos projetos que considera mais prioritários para a cidade, norteando diretamente as ações tomadas pela Prefeitura de Mogi. O Participa Mogi escreveu o Plano Plurianual (PPA) junto com a população. No total, foram 332 contribuições populares, de sugestões para os investimentos públicos. Com o diálogo direto entre população e governo, as vulnerabilidades puderam ser mapeadas e enfrentadas de maneira mais assertiva.



Imagem: www.mogidascruzes.sp.gov.br



Adaptação e resiliência comunitária:

Desenvolver planos de adaptação às mudanças climáticas que levem em consideração as necessidades e vulnerabilidades específicas das comunidades locais e tradicionais, especialmente as mais afetadas por eventos climáticos extremos. Assim, será possível investir em infraestrutura verde, melhorar a resiliência das comunidades urbanas e rurais e também promover a educação e o treinamento em habilidades de resiliência e preparação para desastres em escolas, organizações comunitárias e grupos de voluntários.

Exemplo:

O Plano de vida da terra indígena Monoa-pium - RR buscou garantir o bem viver dos povos indígenas por meio de condições tangíveis para o enfrentamento das mudanças climáticas; Com isso, mais de 6 mil indígenas Wapichanas e Macuxi foram adaptados para o enfrentamento às mudanças climáticas; 43 mil hectares de terra indígena protegida e 70 jovens formados na temática de mudanças climáticas e educação ambiental; Com o programa, houve uma redução no desmatamento e fortalecimento das pessoas e dos territórios para se adaptar à mudança do clima.



Soluções baseadas na natureza:

Preservar e expandir áreas de conservação e corredores ecológicos, assim como implementar projetos de restauração e conservação dos ecossistemas, com a participação das comunidades que vivem em contato com estes espaços.

Exemplo:



Programa de Revitalização das Margens do Rio São Francisco (Projeto Orla Nossa, Petrolina - PE). A proposta busca a recuperação de todo o ecossistema degradado (compreendendo qualidade da água, mata ciliar e fauna local), aliando inovação tecnológica de baixo custo e impacto ambiental no manejo das macrófitas (conhecidas como baronesas), com ações de saneamento e educação ambiental.





Educação ambiental:

Desenvolver programas de educação ambiental e climática em escolas, bibliotecas e centros comunitários para aumentar a conscientização sobre os desafios e soluções relacionados às mudanças climáticas.

Exemplo:

 **Semana Lixo Zero Itapoá - SC.** O principal objetivo do projeto é formar uma câmara de discussão sobre o tema no município, valorizar as iniciativas em implementação voltadas para a temática e estimular empresas e entidades a aderirem a campanha “Lixo Zero”. Para isso, foi realizada uma exposição na Câmara Municipal de Itapoá com materiais alternativos que diminuem a geração de resíduos, um evento com oficinas de compostagem, customização de roupas, preparo de materiais de limpeza alternativos e exposição de materiais alternativos para uso doméstico que evitam a geração de resíduos.



FIQUE de OLHO

Essas são apenas algumas das muitas ações que podem ser implementadas nos municípios para fortalecer a agenda da Justiça Climática e **promover comunidades mais resilientes, inclusivas e sustentáveis.**

06

Para saber mais





***Aula: Falando de quem está mais próximo:
Estados e Municípios.
Youth Climate Leaders, 2023.***



***Aula: Justiça Climática.
Youth Climate Leaders, 2023.***



***Gabinete de Inovação.
Instituto Update, 2019 - 2022.***



Glossário Climático - ClimaInfo.



Glossário Climático para Jovens - UNICEF.



***Infográfico: Porque gênero e clima?
Grupo de Trabalho de Gênero e Justiça
Climática do Observatório do Clima (2021).***



***Livro: “Vozes femininas pela Recuperação
Econômica Verde”-
ClimaInfo e o Grupo de Trabalho Gênero e
Clima do Observatório do Clima (2023).***





Livro: "Quem precisa de justiça climática no Brasil?" - Observatório do Clima (2022).



Notícia: Como criar uma cidade sustentável e comprometida com a igualdade de gênero?



Plataforma: SEEG Municípios - Observatório do Clima.



Podcast: "Justiça Climática e desigualdades em meio à emergência climática". Soberania e Clima.



Relatório: Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável - Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (2023).



Relatório: Salvaguardas Socioambientais para energias renováveis - ClimalInfo, 2024.



Pesquisa e Redação: Rayana Burgos

Coordenação e Revisão: Dany Fioravanti

Design Gráfico: Karine Costa Ribeiro

Equipe Instituto Update 2024: Alejandra Parra, Carol Althaller, Dany Fioravanti, Ingrid Farias, Nadja Aguiar, Suane Barreirinhas



Sobre a autora

Rayana Burgos é Cientista Política, Especialista em Políticas Públicas e Justiça de Gênero (FLACSO) e da Umbanda Juremeira. Atua com advocacy, pesquisa e políticas públicas sobre mudanças climáticas com foco em justiça socioambiental e climática, gênero e comunidades tradicionais. É Gestora Técnica de Sustentabilidade na Secretaria de Meio Ambiente, Sustentabilidade e de Fernando de Noronha de Pernambuco (SEMAS - PE), Conselheira no Youth Sounding Board da União Europeia no Brasil, Fundadora da Rede de Terreiros pelo Meio Ambiente e mobilizadora do Fé no Clima.



Sobre a Im.pulsa: comunidade e plataforma de aprendizagem política, plural, aberta e gratuita dedicada a que mulheres diversas entrem e permaneçam na política institucional latino-americana. Uma iniciativa do Instituto Update e da ONG Elas No Poder.

INSTITUTO
UPDATE

Sobre o Instituto Update: uma organização que atua para fortalecer iniciativas e potencializar práticas inovadoras que nascem da imaginação política das mulheres e diversidades.



www.impulsa.voto



[instagram.com/impulsa.voto](https://www.instagram.com/impulsa.voto)



www.youtube.com/impulsa_voto

 **im.pulsa**